



## **CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

### **COMISSÃO ESPECIAL**



### **PARECER PARA DISCUSSÃO DO VETO PARCIAL**

#### **À PROPOSIÇÃO DE LEI N.º 473/97**

#### **I - RELATÓRIO**

Por intermédio do ofício n.º 289/97, o Prefeito Municipal de Indianópolis encaminha à Câmara o veto parcial à Proposição de Lei n.º 473/97, que se transformou na Lei n.º 1.207, de 22 de outubro de 1997, que institui o Plano Plurianual do Governo Municipal, para o período de 1998 a 2001.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

O veto parcial apostado pelo Prefeito incide sobre os projetos 04.15.088 - Construção de dois pavilhões para exposição de gado bovino"; e 16.88.532 - Reforma e ampliação do terminal rodoviário, constantes do plano plurianual, já aprovado.

A Lei Orgânica do Município, no seu § 1º, do art. 60, seguindo a trilha contida no § 1º, do art. 66, da Constituição da República, confere ao Prefeito a prerrogativa do veto total ou parcial às proposições de lei no prazo de quinze dias úteis, em face de inconstitucionalidade, ilegalidade ou contrariedade do interesse público.

No veto em análise, o Prefeito não especificou com fundamento em qual modalidade vetou o projeto, mas por dedução, em face ao expandido na mensagem, conclui-se que entendeu serem as emendas contrárias ao interesse público.

Sobre a possibilidade de veto parcial incidente sobre anexo da norma, entendemos ser possível.

O conteúdo preceitual da lei institutiva do plurianual veio todo especificado no demonstrativo de investimentos, acoplado ao minúsculo texto introdutivo do mesmo.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

### **COMISSÃO ESPECIAL**



Para esta espécie, normalmente, o veto incide sobre o anexo, pois é nele que sedimenta-se as emendas adicionando ou modificando os programas a serem executados no quadriênio.

A princípio, poder-se-ia questionar sobre a incidência do § 2º, do art. 60, ao exigir que o veto parcial contemple texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. Todavia, não se pode esquecer que cada programa explicitado no projeto contém corpo certo e individuado, de tal maneira a permitir o veto sem truncar o sentido global do mesmo. A separação de um programa de outro equipara-se à inteireza de incisos, permitindo a incidência de veto sem qualquer afetação dos demais programas integrantes da proposição.

Assim, no seu aspecto formal, o veto parcial apostado é compatível com esta espécie normativa, apesar de não ter o Prefeito utilizado o ato titulado de “mensagem”, mais adequado à natureza do ato de vetar, e não ter discriminado o fundamento legal do referido veto.

No seu aspecto material, acolhemos as argumentações do Prefeito de **a manutenção dos dois projetos no plano plurianual não contempla o interesse público.**

### **2.1 Construção dos pavilhões para exposição de gado bovino**

Entendemos que se trata de projeto que não insere-se entre as prioridades do Município. A construção de armazéns para depósito da safra agrícola, dotado de secador, é de maior urgência e beneficia um número maior de produtores. Ademais, existem outros projetos no plano plurianual, cuja importância supera a dos pavilhões para exposição de gado.

Ademais, sabemos que, hoje, o Poder Público local não dispõe de recursos suficientes para viabilizar, de imediato, projetos dessa dimensão, em pouco espaço de tempo.

Uma vez executados os projetos mais emergenciais, nada impede que o Poder Público inclua os referidos pavilhões no plano plurianual, já que essa obra também traz inúmeros benefícios ao Município, em particular aos pecuaristas.





## CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS COMISSÃO ESPECIAL



### 22. Reforma do Terminal Rodoviário

Quanto à reforma do terminal rodoviário, está correto o entendimento do Prefeito de que aquele prédio público não comporta reforma, por não permitir as necessárias expansões com o fim de atender melhor os usuários. Esclarece o Prefeito que, conforme constava na versão original do plano plurianual, a sua intenção é construir um novo terminal, em local adequado, e que possa oferecer maior comodidade às pessoas que utilizam o transporte coletivo.

Acerta, ainda, o Prefeito ao afirmar que a construção de uma nova rodoviária faz parte da infra-estrutura que o Município deve possuir para implantar a empresa do turismo, em decorrência da formação do lago da Usina de Miranda.

Isto não quer dizer que esta obra deva ser construída de imediato. Até porque o Município possui investimentos de maior prioridade.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui, na forma do Projeto de Decreto Legislativo redigido a seguir, pela manutenção do veto parcial apostado, pelo Prefeito, à Proposição de Lei n.º 473/97, a despeito de não primar pela melhor técnica.

Sala das Reuniões, 1º de dezembro de 1997.

*Sebastião Miranda de Resende*

Sebastião Miranda de Resende

Relator

*Antônio Mantovanelli*  
Antônio Mantovanelli  
Presidente

*Clodoaldo José Borges*  
Clodoaldo José Borges  
Membro